

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Horizonte Obscuro

A Nação está virtualmente paralisada à espera do *pacote* de medidas que o Governo anunciou para a área econômica. Quem quer que corra os olhos em redor, verá: as indústrias congelam os planos de investimento ou expansão pela simples e boa razão de que ninguém, em sã consciência, pode neste momento montar, sem larga margem de erro, qualquer fluxo de caixa. Com os subsídios sob ameaça, a agricultura terá de encarar as próximas safras com uma contabilidade cujos parâmetros são inimagináveis. No comércio, a única lei válida é a especulação, antes de qualquer plano articulado de *marketing*. Pois que *marketing* seria possível fazer em tais circunstâncias?

Nesse clima, os sinais de enfermidade social encontram-se nas margens, nos detalhes: hoje, há filas de clientes nos bancos para o aluguel de cofres particulares. Motivos? A insegurança, o desejo de preservar a poupança não mais em investimentos produtivos e sim em ativos líquidos, à prova de quaisquer desgraças, como dólar, ouro ou jóias.

Por certo quando se escrever a história do Brasil no futuro estes tempos ensinarão lições amargas. E que tempos são estes, em resumo? Como e por que chegamos aqui e que lições teríamos na história recente deste país capazes de restaurar a confiança da sociedade em seu próprio destino e nas suas instituições?

Não que o passado desta Nação seja vazio. Não é. Os idos de 1964, que não se encontram tão longe, afinal, nos ensinaram várias fórmulas de correções de rumo em cima de um cenário talvez mais duro e difícil que o atual. De todos os ensinamentos que esse período nos legou, talvez o mais importante tenha sido a coerência de um projeto, de um plano de restauração nacional com altos custos para o Estado e as empresas privadas, mas capaz de apontar uma luz no fim do túnel. Deu-se valor à iniciativa privada, recompôs-se o quadro da dívida externa, instalou-se um severo sistema de contabilidade pública.

Olhar o futuro pelo espelho retrovisor talvez seja uma fórmula inadequada e não é isto que se deseja. Mas a Nação pode por certo defender uma série de princípios às vésperas desse *pacote* — ou que nome tenha — para os quais o Governo deve atentar.

O básico, o essencial neste momento, é eliminar a sensação generalizada de que este é um país onde tudo pode acontecer a qualquer preço, numa direção ou noutra. Mais que isso, pesa também sobre a consciência de todos os cidadãos a incômoda sensação de que poderemos enveredar pelo caminho da fuga à moralidade e da indigência internacional, sob formas camufladas

de recusa ao reconhecimento e ao pagamento das dívidas.

Que país seria este, se oficializássemos a inadimplência? — para usar um termo brando. Teria o Governo condições ou o direito de falar em nome da Nação, quando a nação recusa-se a ser nivelada por baixo e desmoralizar-se perante as outras nações, que mal ou bem estão pagando o que devem?

Em toda essa crise na qual o país se debate aspectos da maior gravidade têm sido esquecidos ou minimizados pelos que falam em nome do poder, e querem cobrar sacrifícios. Esqueceu-se de que a economia foi brutalmente estatizada, gerando um quadro de pseudo-socialismo com a marginalização da empresa e do empresário privado. Esqueceu-se de apontar como um dos caminhos necessários à restauração do balanço e do equilíbrio de poderes no País o recuo do Governo Federal para fronteiras aceitáveis; sua persistente e insidiosa invasão de áreas, não só no nível privado mas ainda dos próprios Estados, transformou em frangalhos a Federação. Hoje, qualquer burocrata com o controle de caixas abarrotadas pode decidir sobre a sorte de empresas privadas vulneráveis a encomendas, ou ao jogo de privilégios e benesses que se faz nos bastidores. Que país é este, com tanto desconcerto?

A expectativa do *pacote* e o que venha depois dele não devem passar pela Nação como um *castigo*. Não é isto o que o povo e as empresas privadas merecem. Para que tal não aconteça, é necessário e urgente a mobilização das lideranças privadas. O Brasil não é uma Nação pobre em valores humanos: temos homens sérios e criteriosos, capazes de formular posições coerentes e defender princípios. Pois mais que nunca estamos diante de princípios, e não apenas de um conjunto de medidas econômicas onde o fator político inerente às decisões pode ser deixado de lado. Mais que nunca é preciso que a economia não obscureça o caráter grave e sério do momento político que vivemos.

É nesse nível de responsabilidades que o *pacote* será julgado. Vacile o Governo em encarar frontalmente o problema da indexação da economia; frustre o Presidente da República a expectativa de seriedade no tratamento da política salarial — que está liquidando o que resta de empresas privadas no país — dos déficits públicos e dos subsídios que distorcem a vida econômica, e poderá então perder a confiança que a sociedade conseguiu manter até agora no país.

Temos contas a pagar e a cobrar. A cobrança será feita quando se abrir o *pacote* e ficar identificado o grau de seriedade com que se pretenda brindar a opinião pública.